

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CONCURSO DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NA EMERJ –
2º SEMESTRE/2026
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO E PRIVADO
14 DE JUNHO DE 2026

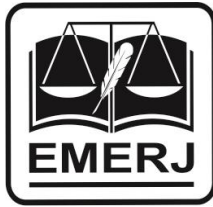
I – TEORIA GERAL DO ESTADO E DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

Considerando a cláusula pétrea do voto direto, secreto, universal e periódico, há previsão na Constituição Federal de eleição indireta para a Chefia do Poder Executivo? Resposta objetivamente justificada.

2ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

Sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito, a minoria tem direito à investigação? Resposta objetivamente justificada.



II – DIREITO CIVIL

1ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

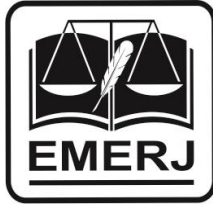
Contrato contendo obrigação de entrega de embarcação. Devedores solidários. Cláusula penal compensatória expressamente pactuada. Obrigação que se torna impossível de ser cumprida. Incidência da cláusula penal compensatória.

Pergunta-se: No caso exposto na problematização, o devedor solidário responde pelo pagamento da referida cláusula, ainda que não incorra em culpa? Resposta devidamente fundamentada.

2ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

Usucapião ordinária de bem imóvel.

Pergunta-se: O recibo de compra e venda do imóvel, lavrado por instrumento particular, é suficiente para o preenchimento do requisito “justo título”? Resposta devidamente fundamentada.



III – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

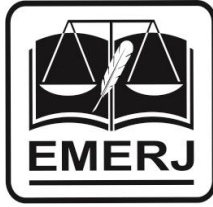
1ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

Designada A.I.J. destinada a oitiva do perito, do autor em depoimento pessoal e de duas testemunhas arroladas pelo réu, o juiz, para melhor compreensão da questão, colheu inicialmente o depoimento pessoal do autor. Em seguida, ouviu as testemunhas, para se inteirar sobre as questões fáticas, e finalmente colheu o depoimento do perito, que esclareceria questões técnicas. Após a sentença, a parte vencida recorre, alegando nulidade da sentença, por não ter sido observada a ordem prescrita em lei para colheita de provas. Há nulidade na questão levantada? Resposta devidamente fundamentada.

2ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

Em ação em que se discute danos materiais e danos morais, tendo a existência dos danos materiais ficado comprovada pela prova documental apresentada com os articulados, o juiz julgou parcialmente o mérito, condenando o réu no ressarcimento dos danos materiais, e determinou o prosseguimento da demanda em relação aos danos morais. Essa decisão foi proferida em 01.06.2023, não tendo havido recurso. A sentença julgando a questão dos danos morais foi proferida em 02.02.2025, sendo a apelação julgada pelo Tribunal em 08.11.2025, não tendo havido recursos.

Pretendendo uma das partes ingressar com ação rescisória em face da decisão que reconheceu os danos materiais, ainda há prazo para a interposição?



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CONCURSO DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NA EMERJ –
2º SEMESTRE/2026
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO E PRIVADO
14 DE JUNHO DE 2026

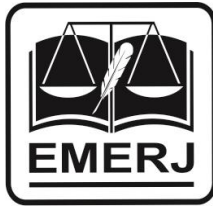
IV - DIREITO EMPRESARIAL

1ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

Defina brevemente quem pode ser considerado empresário e dê exemplos de atividades que a lei civil expressamente exclui da classificação de empresário.

2ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

Explique as características das sociedades coligadas.



V – DIREITO PENAL

1ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

João foi condenado pela prática do crime de roubo simples (art. 157, caput, do Código Penal), cuja pena abstratamente cominada é de 4 a 10 anos de reclusão. Na primeira fase da dosimetria, o juiz fixou a pena-base no mínimo legal (4 anos), por considerar favoráveis as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal.

Na segunda fase, reconheceu a incidência da atenuante genérica da confissão espontânea (art. 65, III, “d”, do Código Penal) e reduziu a pena em 1/6 (um sexto), totalizando 3 (três) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial semiaberto.

O Ministério Público interpôs apelação sob o fundamento de que aplicação da atenuante não poderia conduzir a reprimenda para patamar inferior ao mínimo legal.

Pergunta-se: É juridicamente possível a redução da pena abaixo do mínimo legal em razão da incidência de atenuantes genéricas? Resposta devidamente fundamentada.

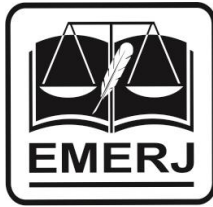
2ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

João, primário e de bons antecedentes, subtraiu para si um computador portátil avaliado em R\$ 5.000,00 pertencente à empresa onde trabalhava, valendo-se de acesso facilitado ao local. Dias depois, antes do oferecimento da denúncia, tomado por remorso, João restituiu espontaneamente o bem à vítima, em perfeito estado de conservação, assumindo integralmente sua conduta.

O Ministério Público ofereceu denúncia pela prática do crime de furto qualificado pelo abuso de confiança (art. 155, §4º, inciso II, do Código Penal).

Na fase de sentença, o juiz reconheceu a materialidade, a autoria e a tipicidade do delito.

Na qualidade de julgador, responda, de forma fundamentada, se é possível a incidência de algum benefício ao réu na fase de dosimetria da pena.



VI – DIREITO PROCESSUAL PENAL

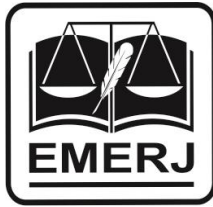
1ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

Ao oferecer denúncia por crime de estupro de vulnerável, o Ministério Público requereu a decretação de uma série de medidas cautelares não privativas de liberdade, mas o juiz, ao examinar a FAC do denunciado, constatou que ele respondia a outras ações penais por crimes da mesma espécie, além de ser reincidente específico. Assim, vislumbrando presente o risco à ordem pública, o magistrado achou por bem decretar a prisão preventiva do denunciado.

Pergunta-se: A referida decisão viola o sistema acusatório vigente?

2ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

Qual é a diferença entre flagrante esperado e flagrante preparado? Esclareça, exemplifique e discorra sobre as consequências legais de um e de outro.



VII - DIREITO DO CONSUMIDOR

1ª Questão – Valor: 4 (quatro) pontos

João, menor que conta com 06 anos de idade, foi diagnosticado como pessoa com Transtorno do Espectro Autista –TEA. Após a elaboração de laudo médico específico, foi indicada ao menor a realização de terapia multidisciplinar – psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia e terapia ocupacional, com mínimo de 10 horas semanais.

Em contato com o plano de saúde do qual o menor e seus genitores fazem parte, foi informado que o contrato firmado cobriria tão somente 5 horas, conforme cláusula contratual específica. Não obstante as reclamações administrativas dos genitores de João, o plano de saúde informou que as horas que ultrapassassem o limite contratual deveriam ser custeadas pelos requerentes, de acordo com os termos contratuais.

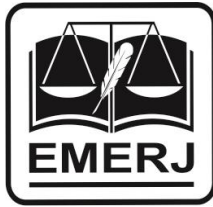
Assiste razão à operadora de plano de saúde? Justifique a resposta, citando os dispositivos legais pertinentes e a jurisprudência do STJ.

2ª Questão – Valor: 4 (quatro) pontos

Eric foi ao supermercado para fazer compras para abastecimento mensal de sua casa. Após coletar todos os itens necessários, dirigiu-se ao caixa para fazer o pagamento dos produtos. Ao tentar usar seu cartão de crédito, a compra não foi autorizada pela operadora do cartão. Como Eric só dispunha do cartão de crédito naquele momento, não pode realizar suas compras, tendo que deixar todos os produtos no caixa enquanto se formava uma grande fila. Após o ocorrido, o consumidor liga para a instituição financeira que administra o cartão para entender o motivo da recusa na compra, sendo-lhe informado que houve redução do seu limite.

Eric, então, ajuíza ação em face da instituição financeira, alegando que a redução sem comunicação prévia teria lhe gerado dano moral, notadamente em razão das circunstâncias da recusa da compra. Com a inicial, foram juntadas fotos do maquinário da ré apontando compra negada, todos os produtos devolvidos em um carrinho e fila de pessoas se formando ao redor do caixa. A ré, em contestação, afirma que inexistente dano moral a ser reparado, tendo em vista que lhe é lícita a redução do limite sem violar a ordem jurídica.

A quem assiste razão? Fundamente sua resposta, inserindo os dispositivos legais pertinentes e a jurisprudência do STJ.



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CONCURSO DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NA EMERJ –
2º SEMESTRE/2026
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO E PRIVADO
14 DE JUNHO DE 2026

VIII – LÍNGUA PORTUGUESA – REDAÇÃO – 20 (vinte) pontos

Compromissos Éticos

Ao fazer o juramento, o advogado se compromete a:

- exercer a profissão com **dignidade e independência**;
- respeitar a **ética e a moral profissional**;
- zelar pelo **sigilo das informações dos clientes**;
- evitar meios ilícitos para obter vantagens;
- buscar **aperfeiçoamento contínuo** e contribuir para a justiça e a cultura jurídica.

O juramento, portanto, é um marco simbólico e legal que **marca o início da carreira jurídica**, consolidando a responsabilidade do advogado perante a sociedade e a lei.

Como você avalia hoje a relação entre a realidade e o conteúdo desses compromissos éticos?

Dê a sua opinião em um texto dissertativo-argumentativo, de aproximadamente 30 linhas, em linguagem culta, sugerindo novos compromissos.

Boa sorte!!!